

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2023

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias



Demonstrações Financeiras Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. Relatório da Administração

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. tem o prazer de divulgar as suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cumprir informar que a Companhia recebeu autorização para funcionamento, pelo BACEN, no dia 13 de dezembro de 2021, conforme publicação no Diário Oficial da União - DOU.

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma companhia privada, constituída em 30 de dezembro de 2021, com sede na cidade de Fortaleza (CE). A companhia começou com a missão de facilitar o processo de concessão de crédito, tornando-o mais rápido e acessível e tem a intenção de democratizar mais produtos e adicionar *social features* para facilitar ainda mais a vida de seus clientes.

Em 1 de julho de 2022, a Companhia iniciou suas operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e, com um curto tempo de operação, a empresa vem expandindo seu ecossistema e alcançando cada vez mais pessoas. Em seu primeiro ano completo de operação, são mais de R\$ 77,7 milhões em carteira gerada em 230 mil contratos. Abaixo, segue o comparativo semestral de nosso crescimento:



Em fevereiro de 2023, foi lançado o produto Somapay Crédito Pessoal Consignado com o objetivo de atender uma demanda de nossos clientes. No primeiro semestre do ano, em seus primeiros meses de lançamento, teve-se R\$ 800 mil em carteira gerada.

100% digital e com uma experiência diferenciada, a empresa, além de crescer organicamente ao distribuir seus produtos financeiros via aplicativo, obtém informações valiosas sobre o comportamento de sua base, o que permitirá o desenvolvimento de novos produtos aderentes às necessidades dos seus clientes. No primeiro semestre de 2023, seguimos na estratégia de expandir nossa base de clientes e receita total da companhia. Continuaremos seguindo um *roadmap* de lançamento de produtos e serviços bem robustos, facilitando cada vez mais o dia a dia dos nossos clientes.

A administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Salvador, 30 de agosto de 2023.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2023	31/12/2022		Nota explicativa	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	5	1.265	330	Obrigações fiscais correntes	9	230	67
Instrumentos financeiros		6.198	5.182	Outros passivos	9	2.992	1.511
Títulos e valores mobiliários	6	1.033	993			3.222	1.578
Operações de crédito	7	5.165	4.189				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(561)	(53)	Patrimônio líquido	10		
Ativos fiscais	11	153	36	Capital social		5.000	5.000
Outros ativos		680	1.183	Reservas de lucros		104	104
Adiantamentos		65	29	Prejuízos acumulados		(468)	-
Outros ativos		60	1			4.636	5.104
Partes relacionadas	8	555	1.153				
Imobilizado de uso		129	4				
Depreciação		(6)	-				
Total do ativo		<u>7.858</u>	<u>6.682</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.858</u>	<u>6.682</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações intermediárias do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2023	30/06/2022
Receitas de intermediação financeira		5.603	174
Operações de crédito	7	3.376	-
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		2.121	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	106	174
Despesas da intermediação financeira		(509)	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7	(509)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		5.094	174
Outras receitas/(despesas) operacionais		(5.451)	(137)
Receitas de prestação de serviços	12	1.816	-
Despesas administrativas	12	(4.404)	(126)
Despesas de pessoal	12	(2.403)	-
Despesas tributárias	12	(448)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais		(12)	-
Resultado operacional		(357)	37
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	(111)	(11)
(Prejuízo)/lucro líquido do período		(468)	26
Lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação) Básico/diluído	10	(0,094)	0,009

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
(Prejuízo)/lucro líquido do período	(468)	26
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(468)</u>	<u>26</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.000	1	11	-	3.012
Lucro líquido do período	-	-	-	26	26
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>3.000</u>	<u>1</u>	<u>11</u>	<u>26</u>	<u>3.038</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.000	11	93	-	5.104
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(468)	(468)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>5.000</u>	<u>11</u>	<u>93</u>	<u>(468)</u>	<u>4.636</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo)/lucro líquido do período	(468)	26
Ajuste por:		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	508	-
Depreciação	6	-
Variações patrimoniais:		
Operações de crédito	(976)	-
Ativos fiscais	(117)	(18)
Outros ativos	(59)	-
Adiantamentos	(36)	-
Obrigações fiscais correntes	163	-
Outros passivos	1.481	(1)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>502</u>	<u>7</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisições de imobilizado	(125)	-
Resgate em títulos e valores mobiliários	(40)	(7)
Empréstimos para partes relacionadas	598	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	<u>433</u>	<u>(7)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>935</u></u>	<u><u>-</u></u>
Disponibilidades no começo do período	330	-
Disponibilidades no fim do período	1.265	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>935</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

1. Contexto operacional

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil. A Companhia tem como objetivo social: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria; e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, com as observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável, e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 31 de março de 2023.

A Apresentação destas demonstrações contábeis intermediárias está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis intermediárias, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução CMN nº 5.067/23 à Resolução CMN nº 4.910/21 e da Resolução BCB nº 2/20.

As estimativas contábeis são determinadas pela diretoria, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para riscos processuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A diretoria revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A diretoria declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis intermediárias evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis intermediárias, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da diretoria da Companhia e foram por ela aprovadas em 30 de agosto de 2023.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador e classificados conforme a intenção da diretoria da Companhia.

3.3. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa é classificada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A diretoria também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela diretoria, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.4. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2023.

3.5. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos

A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.10. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.11. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.12. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.13. Resolução CMN 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

5. Disponibilidades

As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades em moeda nacional	1	-
Aplicações financeiras - CDB	1.264	330
	<u>1.265</u>	<u>330</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Títulos e valores mobiliários

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão compostas como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos (*)	1.033	993
	<u>1.033</u>	<u>993</u>
Circulante	1.033	993
Não circulante	-	-

(*) Os títulos e valores mobiliários são compostos por Cotas Subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, tendo como foco investimento em operações de crédito pessoal. O Fundo, denominado Extra Balance Top Sierra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, tem como Administrador Fiduciário a Finaxis CTVM, como Custodiante o Banco Finaxis e como Gestor de Recurso a Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.122
Aplicações	3.500
Resgates	(5.811)
Remuneração	182
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>993</u>
Remuneração	40
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>1.033</u>

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Títulos de renda fixa - Livres letras financeiras do tesouro	-	154
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos	40	-
Títulos de renda fixa - CDB (i)	<u>66</u>	<u>20</u>
	<u><u>106</u></u>	<u><u>174</u></u>

(i) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata, estão classificados no grupo de Disponibilidades, vide Nota Explicativa nº 5.

7. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos	5.165	4.189
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	<u>(561)</u>	<u>(53)</u>
	<u><u>4.604</u></u>	<u><u>4.136</u></u>
Circulante	4.589	4.136
Não circulante	15	-

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>
A vencer	4.087	(31)	3.697	(19)
Vencidos				
De 01 a 14 dias	2	-	102	(1)
De 15 a 30 dias	94	(3)	67	(1)
De 31 a 60 dias	194	(11)	123	(4)
De 61 a 90 dias	127	(18)	168	(17)
De 91 a 120 dias	99	(33)	28	(9)
De 121 a 150 dias	144	(73)	4	(2)
De 151 a 180 dias	86	(60)	-	-
Acima de 181 dias	332	(332)	-	-
	<u><u>5.165</u></u>	<u><u>(561)</u></u>	<u><u>4.189</u></u>	<u><u>(53)</u></u>

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

- c) Movimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos iniciais	(53)	-
Adições	(508)	(53)
Saldos finais	<u>(561)</u>	<u>(53)</u>

- d) Resultado das operações de crédito:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de empréstimos	3.376	-
	<u>3.376</u>	<u>-</u>

8. Partes relacionadas

- a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, relativas às operações com partes relacionadas, decorreram de transações com Companhia do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante		
Outros ativos partes relacionadas (i)		
Soma Instituição de Pagamento S.A.	555	1.153
	<u>555</u>	<u>1.153</u>

- (i) Refere-se a saldo em conta de livre circulação em parte relacionada (Soma Instituição de Pagamentos S.A.) com o objetivo de operacionalizar as operações de crédito nas contas de pagamentos dos clientes.

- b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo os diretores estatutários, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios, diretos e indiretos. Em 30 de junho de 2023, as remunerações totalizaram um montante de R\$ 622 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2022).

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

9. Obrigações fiscais correntes e outros passivos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações fiscais correntes		
PIS e COFINS a recolher	71	38
Imposto de renda	67	-
Contribuição social	44	-
Impostos sobre serviços tomados	15	7
ISS a recolher	21	10
IOF a recolher	12	12
	<u>230</u>	<u>67</u>
Circulante	230	67
Não circulante	-	-
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros passivos		
Credores diversos	1.040	277
Trabalhistas e sociais	808	686
Outros passivos	1.144	548
	<u>2.992</u>	<u>1.511</u>
Circulante	2.992	1.511
Não circulante	-	-

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) e estão representadas por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em AGE de 25 de agosto de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2022.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias Semestre findo em 30 de junho de 2023 (Em milhares de Reais)

No período findo em 30 de junho de 2023 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 10 de reserva legal.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Companhia. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No período findo em 30 de junho de 2023 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 106 de juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

e) Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado básico por ação	30/06/2023	30/06/2022
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(468)	26
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	5.000	3.000
Resultado básico por ação - Em reais	(0,094)	0,009

11. Impostos sobre a renda

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de renda	100	67	28	-
Contribuição social	53	44	8	-
	<u>153</u>	<u>111</u>	<u>36</u>	<u>-</u>
Circulante	153	111	36	-
Não circulante	-	-	-	-

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado antes do IR e CS	(357)	37
(Adições) Exclusões permanentes		
(-) Provisões para perda de operações de crédito	509	-
IR e CS no resultado do período	<u>152</u>	<u>37</u>
Alíquota fiscal combinada	40%	40%
Parcela isenta do adicional de 10%	-	4
IR e CS no resultado do período	(61)	(11)
Total de despesa de IR e CS	<u>(111)</u>	<u>(11)</u>
Alíquota efetiva	<u>-17%</u>	<u>29%</u>

12. Despesas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Confecção de cadastro - PF	1.816	-
	<u>1.816</u>	<u>-</u>

b) Despesas administrativas:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Processamento de dados	(1.232)	(24)
Serviços de terceiros	(1.231)	-
Serviços técnicos especializados	(778)	(33)
Promoções e relações públicas	(311)	-
Honorários da diretoria	(320)	-
Aluguéis	(225)	(52)
Viagens e hospedagens	(78)	-
Energia elétrica e água	(41)	-
Condomínio	(37)	(12)
Propaganda e publicidade	(25)	-
Transporte e combustível	(21)	-
Bens de pequeno valor	(16)	-
Comunicações	(10)	-
Manutenção e conservação de bens	(9)	-
Depreciação	(6)	-
Serviços do sistema financeiro	(4)	-
Outras despesas administrativas	(60)	(5)
	<u>(4.404)</u>	<u>(126)</u>

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

c) Despesas de pessoal:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos	(1.511)	-
Encargos sociais	(526)	-
Benefícios	(366)	-
	<u>(2.403)</u>	<u>-</u>

d) Despesas tributárias:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
COFINS	(297)	(7)
PIS	(48)	(1)
Imposto sobre serviços prestados	(91)	-
Outros impostos	(12)	(3)
	<u>(448)</u>	<u>(11)</u>

13. Riscos processuais

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

Em 30 de junho de 2023, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a diretoria entende não haver contingências prováveis de perdas para fazer face a reconhecimento de provisões em suas demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perdas possíveis no montante de R\$ 298. Para essas ações, não foi constituída provisão contábil para fazer face às eventuais perdas, tendo em vista que a companhia considera ter embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

14. Gerenciamento de riscos

A Companhia optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos. Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- Diretoria executiva: que exerce a administração geral da Companhia, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas, composta por dois membros, com mandato de três anos, sendo um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo.

Os principais riscos monitorados são:

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Companhia tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Companhia são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Companhia em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Companhia.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Companhia dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Companhia quanto fatores externos.

Risco socioambiental

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Companhia em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Companhia ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Gerenciamento de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17 e alterações. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. Na data-base 30 de junho de 2023, a Companhia apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 4.636 (R\$ 5.104 em 31 de dezembro de 2022) e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco ("RWA"), era de R\$ 11.595 (R\$ 10.349 em 31 de dezembro de 2022) na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17 e alterações.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias
Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de Reais)

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo artigo 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 1.971 (R\$ 1.759 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (17%).

Fernando Soares Gurgel
Diretor Executivo

Nayana Nascimento Branco
Diretor Administrativo

Felipe Ferreira Braz da Silva
Contador CRC 1SP331427/O-3